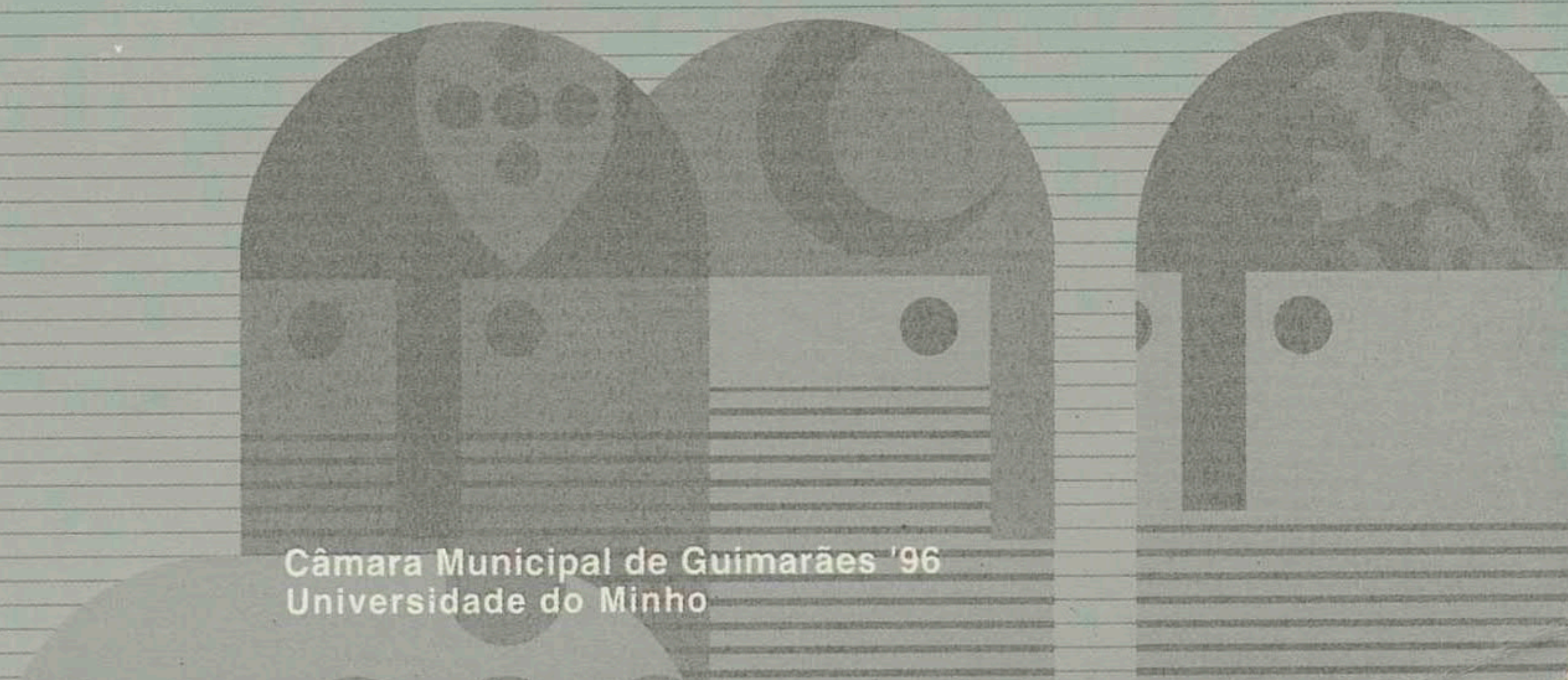




2º Congresso histórico
de Guimarães

Actas do congresso
volume 2

A política
portuguesa e
as suas relações
exteriores



Câmara Municipal de Guimarães '96
Universidade do Minho

A Fronteira Beirã no tempo de Afonso Henriques: algumas notícias covilhanenses

Introdução

Mais do que os rios Douro e Tejo, a grande marca, divisória de Portugal em regiões, é a Cordilheira Central, associada aos vales fundos das redes fluviais que nela se desenvolvem, os rios, Mondego e Zêzere, as ribeiras deste e o Alva e o Ceira, afluentes daquele. Tal fronteira parece ter impressionado Edrici, no século XII. A norte desta, o sábio viajante observou uma região florescente, coberta de habitações, praças-fortes, aldeias e muitos campos cultivados, prenhe de gente de guerra, a pé e a cavalo, que fazia razia sobre vizinhos que não fossem do mesmo partido.

Neste povoado Norte Cristão dos primórdios de Duzentos, Seia ocupava o lugar de ponta de lança face ao extenso, mas mais ermo, Sul muçulmano. Assim, o alcaide senense ganhava posição de destaque na Beira Serra, particularmente depois das últimas investidas dos seguidores de Maomé¹. Destas, a mais ousada fora a levada a cabo pelos Almorávidas que puseram cerco a Coimbra em 1117, não a conseguindo conquistar. Em resposta, nos anos seguintes, fortalecia-se toda a linha de defesa da Beira. Logo em 1128, era concedida carta de couto a Coja, lugar de cruzamento de caminhos serranos, confinando com Avô, na vertente norte da serra do Açor² e reforçada a retaguarda serrana no Planalto Beirão³.

Na década de trinta, as vertentes sul da Cordilheira Central, na linha do Zêzere começavam a ser ocupadas, designadamente Pedrógão Grande, a ocidente e a oriente, o Teixoso, curiosamente ambas áreas metalúrgicas⁴. Seia transformava-se assim, de bastião de defesa, em base de investidas às áreas ocupadas pelos muçulmanos, além Montes Hermínios e de eliminação das pequenas bolsas Entre Mondego e Zêzere⁵.

Na rectaguarda, as instituições eclesiásticas coimbrãs juntavam interesses na preparação destas operações⁶. Algumas figuras gradas estabeleciam-se localmente, em Aldião, em Serpins, Arganil e Góis e até no outro lado da Serra, na ribeira de Unhais-o-Velho⁷. Em meados do séc XII, os cristãos preparar-se-iam para a passagem além Zêzere e além Tejo, agora com a ajuda das ordens militares, Hospitalários (1140) e Templários (1158).

Sem dúvida, as movimentações que trouxeram contornos definitivos no mapa da Península deram-se no século XII em redor de duas figuras: o imperador Afonso VII (1126-1157) e Afonso Henriques (infante e príncipe 1128-1139 e rei 1139-1185). Mas agregaram várias frentes e estas, com diferentes motivações, estiveram todas presentes na travessia definitiva da Cordilheira Central da Península. Nós ocupamo-nos particularmente do espaço da Estrela à Lousã.

Tornava-se mais fácil para nós e atraente para vós falar-vos destas serranias e vales fundos depois da descoberta ou leitura, totalmente de novo, de um núcleo documental desconhecido. A sorte não nos favoreceu depois de muita

1. A.N.T.T., *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*, fl. 70v: "D. Sarracina e Eiu restituem ao presbítero João certa propriedade situada em Travazos (Travaços, c. Neias), em virtude de uma sentença do alcaide de Seia", 1102 Janeiro 25, pub. in *Documentos Medievais Portugueses*, III, p. 47.

2. Id., I.E., *Sé de Coimbra*, m. 1 (régios), doc. 13, cop. séc. XIII (A); Livro Preto, fl. 87v (B): "carta de couto do castelo de Coja (c. de Arganil) a favor da Sé de Coimbra, 1128 Setembro 3, pub. *ibid.*, I, pp. 117-118.

3. Id., I.E., *Lorvão*, rolo 1, cop. séc. XIV (A), Tombo de Lorvão de 1695 (sala B), nº 40, fl. 29 (B); B.P.V., *Mss. de Fr. J. S.R. Viterbo*, "Provas e Apontamentos da Historia Portuguesa", fl. 197(C): "carta a favor do mosteiro de Lorvão, na qual são coutados o Mosteiro de Sperandi (c. Viseu) e as villas de Sabugosa (c. de Tondela), Treixedo (c. de S.Comba-Dão) e Midões (c. Tábuia) e se faz doação ao dito mosteiro de toda a propriedade reguenga situada no couto do Rio de Asnos", 1133 Março 20, pub. *ibid.*, I, pp. 154-156.

4. A.N.T.T., I.E., *Sé de Coimbra*, m. 1 (régios), doc. 17: "carta de doação de Pedrógão Grande por D. Afonso Henriques a Uzbert e a Monio Martins e a Fernando Martins, em virtude dos serviços prestados", 1135 Maio 17, pub. *ibid.*, I, p. 169, e António José Ferreira Quinteira, *Pedrógão Grande (subsídios para uma monografia)*, Editora Portuguesa de Arte e Turismo, 1980, pp. 28-30. No concernente ao Teixoso, cfr. A.D.Braga, *Liber Fidei*, fl. 196v, nº 733: "carta de doação ao Arcebispo D. Paio e à Sé de Braga do Castelo de Luzes na diocese egitaniense com a condição de o povoar", 1132 Dezembro 1, pub. in Abiah Elisabeth Reuter, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, vol. I: *Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques*, Coimbra, 1938, p. 63.

5. "Et homines qui fuerint trans ermio et prendiderint maurum qui fugiat aut mulo aut cavalo aut asino aut bovem aut vaca et illi fuerit de Salamanca aut Zamora aut terra de mauros aut de terra extranea dent quintam partem ad illo rege et alia alcaidaria non dent (...) et de Mondeci usque in Hermeno qui inuenerit mauro aut caualo detque ganauerit det terciam partem ad regem et alia habeat" cit. in Maria José Lagos Trindade, "A Vida Pastoral e o Pastoreio em Portugal nos Séculos XII a XVI", in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Faculdade de Letras e Cooperativa Editora História Crítica, 1981, p. 26. e *Documentos Medievais Portugueses*, I, pp. 176-179.

6. Além da Sé de Coimbra, o Mosteiro de Santa Cruz impõe a sua presença na encosta noroeste da Estrela, designadamente em S. Romão. Cfr. A.N.T.T. *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*, fl. 26(A); I.E., *Santa Cruz de Coimbra*, M. I (régios), doc. 12, apr. Séc. XII-XIII (B); *Reg. Afonso II*, fl. 69v (C), (DR I 166): "D. Afonso Henriques confirma a doação da ermida de S. Romão ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, feita pelos seus habitantes, os presbíteros João e Fáfia, e couta-a em favor de Santa Cruz de Coimbra", 1138 Dezembro, cit. in J. Mattoso, *Religião e Cultura na Idade Média*, p. 108 e pub. in *Documentos Medievais Portugueses*, I, pp. 202-203.

7. A.N.T.T., I.E., *Santa Cruz de Coimbra*, M. I (régios), doc. 15: "doação e coutamento de Aldiam, entre Arcozelo e Rio-Torto (c. Gouveia) a favor de Garcia Enequiz e Paio Enequiz", 1140 Novembro, pub. in *Documentos Medievais Portugueses*, I, pp. 223-224; Id., I.E., *Lorvão*, m. 3, doc. 16: "doação da "herdade" de Serpins em riba de Ceira (c. Lousã) a Paio Alvites e sua mulher Maria Fromarigues, os quais devem pela sua morte deixar a respectiva igreja ao Mosteiro de Lorvão, 1144 Setembro, pub. *ibid.*, pp. 254-255 e Cartório das casas de Abrantes e Sortelha, tomo II, p. 117: "Títulos dos Morgados de Goes e Alentejo pertencentes aos Silveiras" 1105 (?) Agosto 13, 1315, Coimbra in (Cód. do Séc. XVI) in *Documentos Medievais Portugueses*, I, pp. 487-488.

procura nos fundos das Instituições Eclesiásticas guardados na Torre do Tombo na senda, por exemplo, da documentação do Mosteiro de Ancede em que a Família de Baião, uma das mais importantes no senhoreamento e povoamento da Beira, como veremos, tanto investiu.

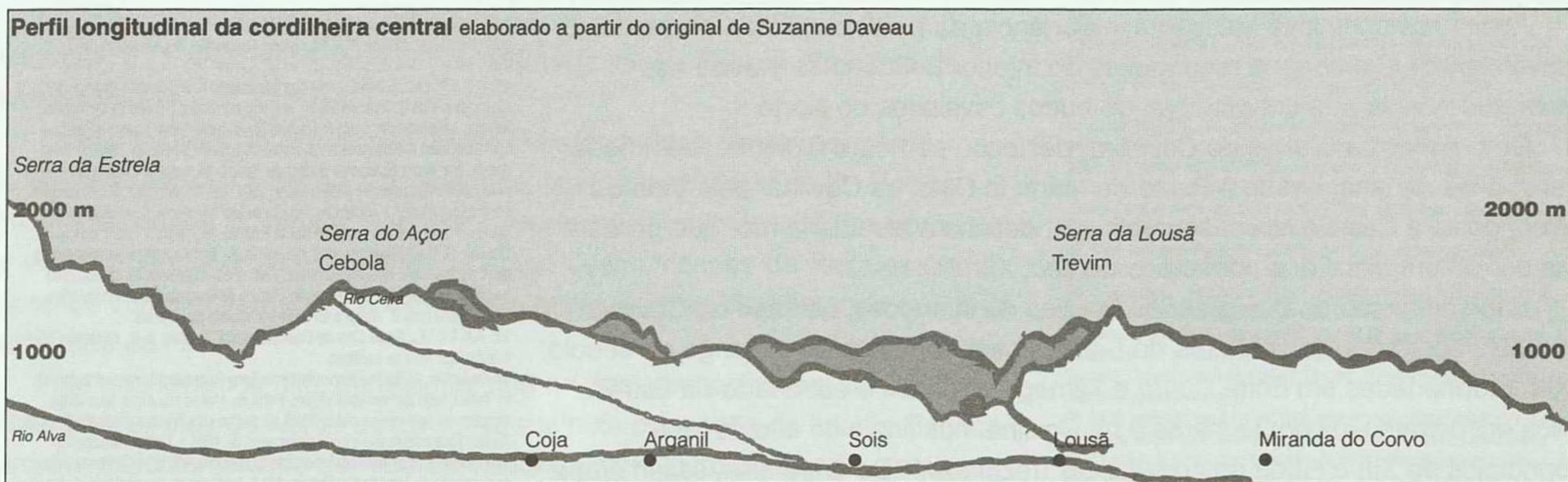
Porém, desde a infância, carregamos na memória o maior desses documentos: a serra, que se veste de branco no Inverno e do roxo das urzes, no Verão: a íngreme serra do Açor, que se atira ao céu a partir das suas ribeiras fundas, do nível dos duzentos metros, quase até aos mil e quinhentos numa sucessão de picos predominantemente de xisto, não menos magestosos, mas certamente mais difíceis de transpor do que os Montes Hermínios, agora Estrela, que lhe roubou o nome. Daquele tempo, sobram ainda os fojos de lobos, as grutas de mouras encantadas, as minas do ouro que aí existiria e as repetidas histórias de bandidos.

Este conjunto montanhoso faz parte da "gigantona" serra de Aquilino, não "deitada de borco", mas sobranceira porque vista do outro lado, por alguém sem o talento literário daquele, e apenas com ambições de historiador que se quer isento.

Desenvolvendo-se em massas imponentes, revestido de matagais, o maciço do Açor continua imponente, sem IP (Itinerário Principal), IC (Itinerário Complementar), sequer estrada nacional que o acesse. Esquecido, por vezes, pelos mais incautos que em representações cartográficas, deixam o seu espaço em branco, entre a Estrela e a Lousã, não supondo que a passagem norte/sul se apresenta ali mais difícil do que por aquelas. Porventura, actualmente, é a única serra, digna desse nome, inexplorada em Portugal, quase desconhecida, não fora o recente fenómeno turístico que constitui o humilde Piódão. Mesmo assim, eu diria tão deserta como nos tempos da Reconquista.

Não conseguindo nova documentação, podemos, no entanto, com o conhecimento do território e uma nova confrontação da documentação disponível aportar alguma novidade. Com efeito, todos sabemos que, em meados do século XII, a vertente norte deste troço da Cordilheira se encontrava pontualmente ocupada por populações cristãs sujeitas à diocese de Coimbra. Aliás, só tardiamente, Gouveia e Seia serão desintegradas desta diocese para incorporar a da Guarda a que actualmente pertencem. Parece mesmo que as forças coimbrãs se terão desinteressado pela vertente sul desta Cordilheira.

Com efeito, as energias daquela cidade, depois de ocupada, na medida em que era possível, a complicada vertente norte, ter-se-ão preferentemente deslocado para sul pela faixa litoral, cabendo a penetração pelo Interior às forças que, desde Entre Douro e Minho, particularmente entre Douro e Tâmega, por Lamego e Viseu, contornando, pelo leste, as nascentes do Mondego e do Zêzere, atingiram a Covilhã, como tentaremos provar.



Esta movimentação difícil só foi possível, nas portelas desta cordilheira, com a entrada no terreno das Ordens Militares, particularmente da Ordem do Templo. Significativo é o facto de antes da concessão das igrejas da Covilhã e simultaneamente ao fortalecimento, na encosta norte, pelo povoamento de Seia e vilas do seu território, se tenha procurado empenhar a Sé de Braga no povoamento da freguesia mais rica de toda a vertente sul, e um dos seus mais antigos porque ricos pólos de povoamento, o Teixoso.

A diocese coimbrã apenas mais de meio século depois se terá empenhado no senhoreamento das igrejas covilhanenses em conjuntura difícil, depois da morte do Velho Conquistador e quando os Almóadas atravessavam de novo a linha do Tejo ⁸.

Era tarde. Esta doação teria sido conseguida mesmo em momento de desespero, quando a Ordem do Templo pretendia construir um corredor, desde as imediações de Bragança, pelo planalto beirão, escudando as dioceses de Lamego e Viseu e por Pinheiro de Ázere, pela Vide, por Casegas, Silvares, Castelejo, Castelo Novo, Lardosa e Castelo Branco, para atingir Tomar, onde já se instalara partindo de Soure ⁹. Desta forma, Coimbra ficava definitivamente fora do controlo do Interior Beirão de que a Ordem e a diocese Egitanense, depois de estabelecida na Guarda, se assenhorearão, quase totalmente, ora com o apoio ora em conflito com os descendentes dos Ricos-Homens de Entre Douro e Minho que, entretanto, tinham traçado senhorios nalgumas das leivas mais férteis e de mais antiga exploração na Beira. O conflito entre covilhanenses e albicastrenses é apenas uma continuação daquele. Notamos que a Ordem estabelecerá uma alcaidaria e comenda-mores em Castelo Branco, mantendo-se na Covilhã um conjunto largo de infanções para utilizar a terminologia de José Mattoso.

⁸ A.N.T.T., I.E., *Sé de Coimbra*, Docs. Régios, fl. 1, nº 21 e nº 22 (ampliação) e *Livro Preto da Sé de Coimbra* (cart. do séc. XIII), fl. 5v, doc. 6: "doação à Sé de Coimbra de todas as igrejas construídas e a construir na Covilhã e seus termos", 1186 Maio, Tomar, pub. in Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, pp. 12-13. e Alfredo Pimenta, *Alguns Documentos para a História da Covilhã*, pp. 5-6.

⁹ A.N.T.T., Leitura Nova, *Livro dos Mestrados*, fl. 21v: doação da Ribeira da Vide termo da Covilhã até à Herdade de Pedro Voz por Pelagio Retura e mulher Marina Gonçalves à Ordem do Templo, 1207 Agosto; id., *ibid.*, fl. 21-21v: doação de Casegas por Soeiro Fromarigues à Ordem do Templo onde são citados o Ourondo, a Erada, o Zêzere e a serra de Cebola, 1207 Agosto; id., *ibid.*, fl. 21: doação da Vide de Alcongosta e de S. João de Martir in Collo por Pedro Guterres à Ordem do Templo, onde também é citado Castelo Novo como limite àquela e Santo Estêvão, Gafos e Albergaria de S. Pedro no tocante a este, 1207 Agosto.

1. As Frentes da Expansão/Reconquista, Norte/Sul

A frente cavaleiresca ou dos filhos das famílias nobres

Aceitamos com José Mattoso a importância da participação do grupo de cavaleiros de Coimbra na reconquista do Interior Beirão, mas parece-nos sobretudo decisiva a contribuição de outros cavaleiros do Norte ¹⁰.

De entre os cavaleiros de Coimbra, destacou-se Pedro Guterres, com bens junto à via romana, desde a Ponte de Mártir in Colo, na Covilhã, pela Vide de Alcongosta a Castelo Novo. Naquela vila, detinha a alcaidaria-mor que perderá na conjuntura difícil dos primórdios do séc. XIII ¹¹.

Entre os membros das grandes famílias de infanções, no caso da Covilhã, a mais importante, os senhores de Baião. Estes conservarão ao longo do século XIII, propriedades em Entre Douro e Tâmega e em um e outro lado da Estrela. Nós encontramos-los em Linhares e na Covilhã, nos finais do século XII e princípios do XIII e ainda no começo de Trezentos ¹². De entre eles, salientamos: D. Ponço Afonso ¹³, Rodrigo Mendes ¹⁴, Gonçalo Mendes ¹⁵ e Soeiro Fromarigues¹⁶.

Dos Senhores de Riba Douro, ainda ligados aos de Baião: Gomes Viegas ¹⁷, Lourenço Soares ¹⁸, Ermígio Mendes ¹⁹, Raimundo Pais ²⁰ e João Fernandes ²¹.

10. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1982, p. 214.

11. A.N.T.T., Leitura Nova, *Livro dos Mestrados*, fl. 21: doação da Vide de Alcongosta e de S. João de Mártir in Colo por Pedro Guterres à Ordem do Templo, onde também é citado Castelo Novo como limite àquela e Santo Estêvão, Gafos e Albergaria de S. Pedro no tocante a este. Id., *ibid.*, fl. 34v: doação por Pedro Guterres à Ordem do Templo da terça de Castelo Novo, e de tudo quanto tinha aquém e além serra, 1207 Agosto. Id., *ibid.*, fl. 35: doação por Pedro Guterres à Ordem do Templo de um terreno na Covilhã junto a Martir in Colo, junto à Igreja de Santo Estêvão. Id., *ibid.*, fl. 80: o alcaide da Covilhã, D. Pedro Guterres, doa aos freires do Templo a terça parte dos seus bens na Covilhã e em Castelo Novo, 1205. Pedro Guterres foi casado com Ausenda Soares e pai de Raimundo Peres e Ermesenda Peres. Raimundo Peres casou com D. Joana e foi senhorio da vila da Lardosa.

12. A.N.T.T., I.E., *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 12, perg. s. n., Linhares, 1304 Outubro 22: auto de partilhas.

13 Da família de Baião, descendente de Egas Gosendes II, mordomo-mor de D. Teresa, neto de Hermígio Viegas, Filho de Afonso Hermiges (que viveu longamente pelo menos desde 1163 até ao fim do século) e irmão de de Lopo Afonso (que frequentou a corte pelos anos de 1205 a 1209). Participa na delimitação da Covilhã com a herdade da Cardoso em 1214. Testemunha a confirmação do foral da Covilhã em 1217. Participa no povoamento da Cova da Beira. Comprou um casal no Teixoso e era senhorio de Aldeia Nova no julgado da Covilhã, segundo as inquirições de D. Dinis. Em Abril de 1231, doa esta aldeia à Ordem do Templo, excepto os palácios que tinha doado ao Mosteiro de Ancede. ANTT., Leitura Nova, *Livro de Mestrados*, fl. 32 e sgs.. Em 1232, D. Ponço Afonso e Dona Maior Martins manifestam a vontade de construir uma albergaria. Id., *ibid.*, fl. 79v-80. De facto, D. Ponço Afonso de Baião, casado com D. Mayor Martins, filha de Martim Fernandes de Riba Vizela foi pai de D. Pero Afonso, D. Estevainha Ponço e D. Sancha Ponço.

14 Também presentes na Covilhã, os descendentes de Mendo Nunes de Baião, porventura filho deste, Rodrigo Mendes testemunha, em 1186, o foral da Covilhã; participa na delimitação dos limites covilhanenses com a herdade da Cardoso em 1214 e seria já falecido, em 1239, quando o seu filho, D. Mendo doou ao Mosteiro de Salzedas tudo o que tinha em Penamacor e no seu limite. Estes Mendes, além de bens na Covilhã, tinham outros em Linhares e Penamacor e conservavam ligação ao Mosteiro de Salzedas. Porventura a localidade do Rodrigo, ao fundo da Covilhã, pertencer-lhes-ia.

15. Gonçalo Mendes vende herdade, em Caria, ao Mosteiro de Lorvão, em 1211. Em 1231, o Mosteiro de Salzedas emprazou enfiteuticamente a Gonçalo Mendes do Meimão tudo o que tinha neste lugar, excepto a granja e uma seara do Mosteiro, para aí fazer 51 casais: com a obrigação do oitavo do dízimo e um almunde de trigo e outro de cevada e 15 dinheiros. *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, p. 124.

16. Soeiro Fromarigues cederá Casegas à Ordem do templo por diploma datado de 1207. De notar que terá sido uma familiar deste, Maria Fromarigues que em Março de 1164 doava 3 casais em Serpins a Santa Cruz de Coimbra e talvez seu pai Fromarigo Fromarigues que doava a herdade que tinha em S. Romão ao mesmo em 1152. Teriam sido homens de Egas Gosendes os primeiros a senhorear o território de Casegas ainda no tempo de Dona Teresa. Cfr. A.N.T.T., I.E., *Lorvão*, m. 3, doc. 16. *Documentos Medievais Portugueses*, I, pp. 254-255; id., *Cabido da Sé de Coimbra*, Cx. 27, rolo 2, doc. 14; id., *Livro Santo*, fl.70v-71, doc. 95.

17. Ainda na Covilhã e procedente de Riba Douro, ligados à família de Baião, em 1214, Gomes Viegas (filho de Afonso), portanto, filho de Afonso Viegas de Riba Douro.

18. Lourenço Soares (de Riba Douro) senhorio de um casal e meio em Alcongosta no julgado da Covilhã, segundo as inquirições de D. Dinis. Este Lourenço Soares esteve presente na delimitação da Covilhã com a herdade da Cardoso em 1214 e na confirmação do foral da Covilhã, em Coimbra em 1217. Era filho de Soeiro Egas que esteve presente na doação do Foral da Covilhã, em 1186 e neto de Egas Moniz. Cfr. Jose Mattoso, *Ricos-Homens (...)*, p. 281

19. Presente, na doação do foral da Covilhã em 1186, Ermígio Mendes de Riba Douro, de família originária de Penafiel de Sousa e que se encontrará em Gouveia em 1187.

20. Presente, na doação do foral da Covilhã em 1186, Raimundo Pais, também presente em 1197-1199, tendo estado em Gouveia em 1194 e em Casteição em 1196.

21. Em 1192, o Mosteiro de Salzedas comprou a João Fernandes e a Pedro Rodrigues a metade de uma courela na várzea do Mondego. Cfr. *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, p. 129. Esteve na confirmação do foral da Covilhã em Coimbra em 1217.

Mais a ocidente, está documentada também a acção do basco Anaia Vestrariz, o D. Anião da Estrada ²², de Mem Afonso de Refoios ²³ e ainda de Afonso Peres²⁴.

Outras famílias do Norte, que teriam deixado marcas neste avanço da fronteira na Beira, os Sousa e os Tougues, activos partidários de D. Afonso Henriques contra D. Teresa. Daqueles, Soeiro e Gonçalo Mendes e destes, o Mãos de Água ou talvez melhor de Água, Soeiro Mendes de Tougues que aparece como governador da estratégica terra de Seia, alto comando militar da Estremadura ²⁵.

Pelo que levamos dito, parece-nos que no deslocamento para sul das Grandes Famílias do Norte, as responsáveis pela ocupação do Interior Beirão provêm maioritariamente de Riba de Vizela e Entre Douro e Tâmega, enquanto as do litoral prolongaram também naturalmente os seus senhorios junto à Costa. As duas situações ficam bem exemplificadas com os Senhores de Baião e os da Maia.

Notamos ainda que, mesmo nas áreas de expansão da fronteira, se manterá a política de alianças matrimoniais verificada em Entre Douro e Minho e particularmente no Alto Minho. Também pode ter acontecido, como além, que um dos motivos de cessão de senhorios por estes à Ordem do Templo resultasse das dificuldades de imposição às comunidades aldeãs ou da incapacidade financeira na colocação de foreiros ²⁶. A invasão almóada teria acelerado o processo. Notável, a mobilidade destas figuras, por exemplo de Raimundo Pais.

22. Anaia Vestrariz (1106 a 1130) (ou Dom Anião da Estrada) ou Anaia Trastares ou Trestarez. O Conde D. Pedro (*Livro de Linhagens do conde Dom Pedro*, lit. 59) diz-nos que é natural das Astúrias. Foi donatário dos castelos de Góis e de Bordeiro e senhorio de um extenso território montanhoso, metalúrgico entre a ribeira de Unhais-o-Velho e Celavisa/Arganil até Penacova, na Estrada para Coimbra. Membro da elite dos guerreiros de Afonso Henriques, este antepassado dos senhores de Góis foi pai de João Anaia (1123-1176), bispo de Coimbra em (1147-1155) e a sua família erigiria o mosteiro feminino de Semide. Foi também pai de Martim Anaia (1132-1176, que casou com Elvira Afonso (irmã de Mem Afonso de Refoijos ?) e de Maria Anaia casada com Gonçalo Dias, fundadores do senhorio de Góis.

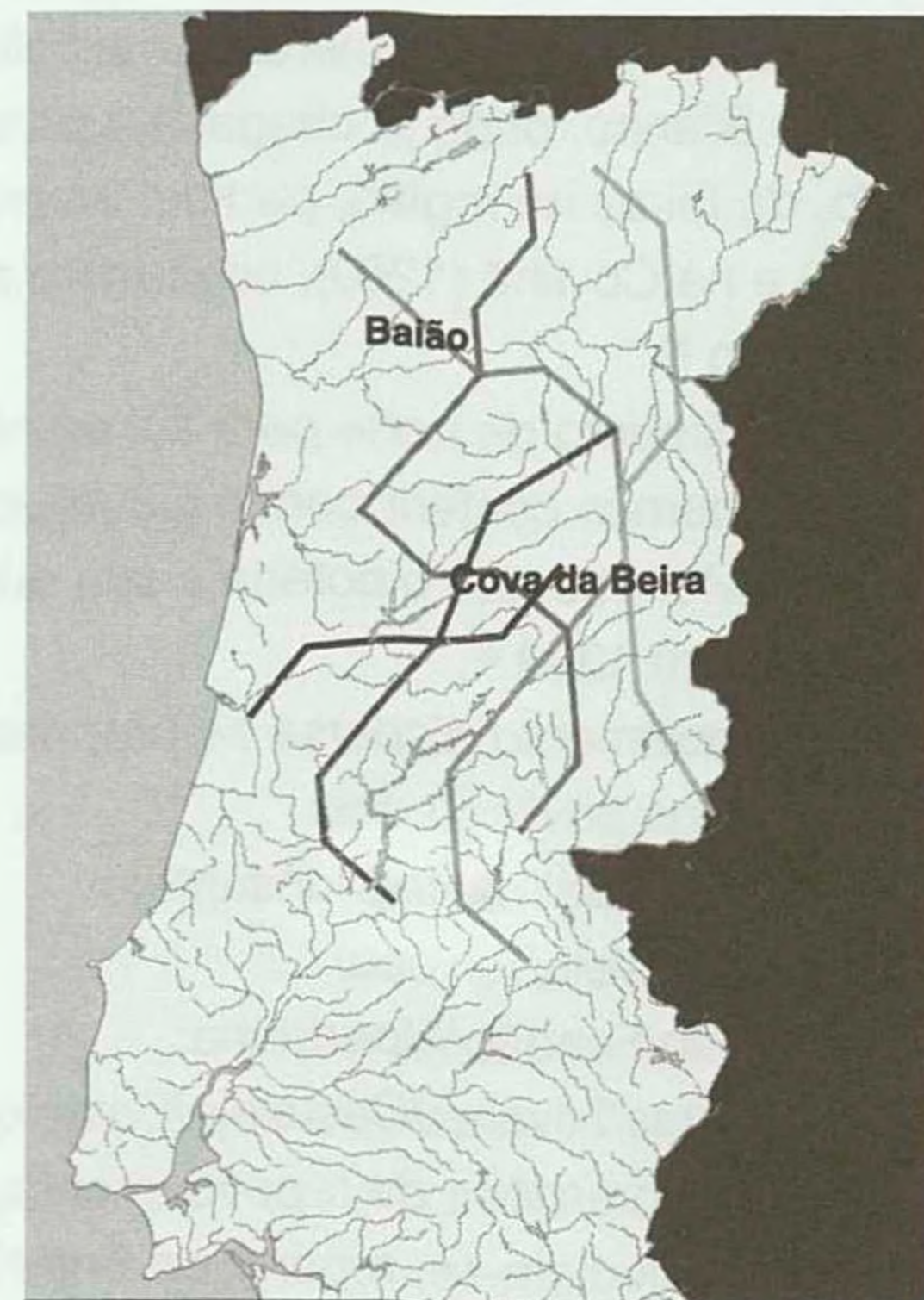
23. Mem Afonso de Refóios Colaborou com D. Afonso Henriques em S. Mamede. Foi governador de Arouce na Lousã (1154).

24. Afonso Peres, donatário de Arganil, era filho do franco Uzberto, senhor de um vasto território na vertente sul da serra da Lousã até Pedrógão Grande.

25. Gonçalo Mendes dispunha de herdades em Caria e no Meimão e na crise de finais do séc. XII terá procurado protecção nos mosteiros de Lorvão e Salzedas. Os herdeiros deste Gonçalo Mendes de Sousa ou Sousão tinham uma albergaria em Amarante.

26. Pacto realizado, em Julho de 1226, entre Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo com Dona Joana, filhos e genro, pelo qual a Ordem cede a estes a aldeia de Lousa, com todas as suas rendas, metade das rendas de Escalos, duas juntas de bois para trabalho na herdade de Santa Maria de Mércules e em Castelo Branco, tendas na Rua dos Mercadores, uma horta, uma vinha, mantos, e túnicas e outras peças de vestuário de pano de linho e pano inglês e Dona Joana cede à Ordem toda a vila da Lardosa, herdades em Castelo Novo e em Silvares, em virtude da protecção recebida e de 1500 libras que lhe tinha em dívida. Cfr. J. Ribeiro Cardoso, "Castelo Branco e o Seu Alfoz-Lardosa", in *Subsídios para a História Regional da Beira-Baixa*, Lisboa, Ed. da Junta Provincial da Beira-Baixa, pp. 229-238.

Linhas principais de penetração norte/sul na beira interior durante a reconquista



A Frente Vilã

Esta frente acompanha a anterior, embora alguns dos seus componentes pudessem viver em um e outro lado da fronteira. Entre estes, particularmente os mercadores.

Contrariamente a Entre Douro e Minho, onde predominavam as relações sociais de produção de tipo senhorial, nesta área sul, designadamente “de totius Beire et Covelliane”, a terra não estava exclusivamente nas mãos dos nobres.

Muitos dos proprietários eram vilãos, alguns deles elevados à categoria de cavaleiros, outros, mercadores e concessionários de aparelho produtivo designadamente lagares, azenhas e moinhos. As águas das ribeiras da serra moviam já um número apreciável destes aparelhos. Só o Cabido de Coimbra reivindicava, em meados do séc. XIII, cinco moinhos junto à Ponte de Mártir in Colo, na ribeira da Degoldra ²⁷. Além destes, havia a juntar os da Sé da Guarda e os levantados em parceria ao longo de um então rio dos Moinhos (rivulo de Molendinis).

Muitos destes vilãos partiam dos seus lugares de origem financiados pelas instituições eclesiásticas e não conheciam limites à sua actividade económica. Podiam viver das suas terras, exploradas directamente ou por rendeiros e meeiros, ou da mercancia e mesmo da pilhagem.

Encontraremos mercadores notáveis na Covilhã, entre os mais antigos, Pedro Fernandes dispunha de herdade, ao lado da fidalguia, na ribeira de Corges, na primeira metade do século XIII ²⁸. No início do segundo quartel desta centúria, os estabelecimentos comerciais multiplicavam-se na Rua dos Mercadores em Castelo Branco, onde já chegava o pano inglês ²⁹. A instituição, relativamente cedo, de feiras na região, particularmente em Vila Mendo (1229), na Guarda (1255) e na Covilhã (1260), confirmam a penetração da economia de mercado na Região ³⁰.

O movimento de norte para sul mantinha-se também no início do século XIV, como podemos conferir com o alcunhado “Pichel” de Viseu, de seu nome Estêvão Mendes que hipoteca a sua quintã ao bispo D. Egas para partir para a Fronteira em 1309 ³¹.

Este movimento dispersa as propriedades junto às grandes vias em cruzamentos privilegiados:

- Linhares/Belmonte/Monsanto;
- Guarda/Vela/Teixoso;
- Teixoso/Fundão/Alpedrinha;
- Casegas/Silvares/Castelejo/Castelo Novo/Lardosa.

As altas pressões de repovoamento, particularmente de senhoreamento do solo, estabeleciam-se, a partir de Entre Douro e Tâmega, prolongando-se pela via romana que desce de Lamego por Viseu, Fagilde, Roda, Almedinha,

²⁷. A.N.T.T. I. E., *Sé de Coimbra, Cabido da*, Col. Especial, caixa 30, docs. 102-103: sentença definitiva do Cardeal João de S. Nicolau delimitando os termos das dioceses da Guarda e de Coimbra, em 1256 Fevereiro 28, confirmada pelo papa Alexandre IV em 27 de Abril do mesmo ano. pub. in J. Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, p. 36.
²⁸. Cfr. A.N.T.T., *Cabido da Sé de Coimbra*, cx. 30, docs. 102-103, pub. in J. Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, Braga, Edição do Autor, 1981, p. 36.
²⁹. Cfr. “Escritura de doação da villa da Lardosa à Ordem do Templo” in *Subsídios para a História Regional da Beira Baixa*, p. 237.
³⁰. Virginia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu Estudo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 69-73, 76-77.
³¹. A.N.T.T., *Núcleo Costa Basto*, nº 30, Arquivo da Sé de Viseu. Tombo, fl. xbiiv.

Cassurrães, Abrunhosa-a-Velha, Cabra, Folgosinho, Videmonte, Taberna, Barrelas, Quinta da Eira, Cadouço, Colerdordem, Lameira, Centum Celas, Caria, Salgueiro, Torre dos Namorados, Mata da Rainha, Pedrógão, Bemposta, Medelim e Egitânia ³².

32. Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, p. 38.

A frente eclesiástica: eremitas, igrejas, mosteiros e as ordens militares

Os cavaleiros do céu na bem encontrada expressão de Léopold Genicot, em L'érémisme, fixaram-se também inicialmente na vertente norte da Estrela, nomeadamente em S. Romão.

Os presbíteros João Siiciz e Fáfila obtiveram algumas leivas e terras de pastagem do Conde D. Henrique.

Porém, em tempos do herdeiro deste, vastos espaços serranos continuavam ermos, quando Santa Cruz de Coimbra assume a liderança das "raízes" dos montes Hermínios, senhoreando S. Romão, área estratégica do pastoreio transumante.

A chegada dos mosteiros significava investimento em massa. Eram instituições com elevada capacidade financeira. Aceitavam foros sobre pequenas propriedades e emprestavam dinheiro para custear o estabelecimento nas terras mais difíceis de fronteira, mas mais amplas.

Antes de Santa Cruz, o Mosteiro de Lorvão tinha iniciado a conquista da Serra. Era donatário de Serpins, espaço avançado cristão no vale do Ceira a partir de 931. Depois senhoreava a igreja de Santo André da Covilhã e disporia de casas nesta vila, tornada ponta de lança do Norte Cristão, em substituição de Seia, na Beira Interior ³³.

O Mosteiro de Salzedas investia em Penamacor e particularmente no Meimão, onde tudo indica poderia ter querido erigir um novo mosteiro em virtude da política de emparcelamento de terras aí levada a cabo. Lançava estabelecimentos na Guarda, particularmente em Maçainhas e na Teixeira. Aceitava novos foreiros em Vila Boa, Celorico e Lágneas de Seia ³⁴.

Em Folques, lugar de passagem de um para o outro lado das serranias estabelecia-se outro mosteiro em 1180, que se teria mudado de Arganil para aqui³⁵.

Depois de multiplicados os senhoreamentos nas encostas do norte, o Mosteiro de Santa Cruz realizava alguns investimentos ainda que proporcionalmente modestos na vertente sul da Estrela. Assim, patrocina a igreja covilhanense de São João de Mártir in Collo em data que desconhecemos, porventura em Dezembro de 1166.

Um dos mosteiros, com necessárias ligações à região beirã, através da família de Baião, foi o de Ancede.

Também com interesses fundiários e outros na Beira Sul, o Mosteiro de S. Jorge de Coimbra ³⁶. Estabelecido localmente na Boidobra, o Mosteiro de Santa Maria da Estrela manterá desde os primórdios de Duzentos até à segunda metade de Quinhentos senhorios desde Riba Douro, ribeira da Meimoa, no centro da Cova da Beira ³⁷. Muito problemática manifestava-se a manutenção de interesses localmente pelas sés de Coimbra e Viseu ³⁸.

33. A.N.T.T., I.E., *Mosteiro de Lorvão*, m. 6, n. 32 (Colecção especial): Gonçalo Peres de Sampaio testa a favor do abade e monges de S. Mamede de Lorvão, cedendo-lhe a igreja que tinha na Covilhã (Santo André), devendo ser-lhe mantida enquanto viver a casa que aqueles lhe tinham dado na mesma vila, 1191 Novembro.

34. O regulamento das várias explorações das propriedades do Mosteiro de Salzedas em Maçainhas foi elaborado em 1210 pelo abade João Fernandes, comprometendo-se a erigir uma igreja aos seus foreiros que deviam pagar o quinto e o décimo das suas colheitas. Cfr. Viterbo, *Elucidário*, vol. II, p. 171 e M. G. Costa, *História do Bispado e da Cidade de Lamego*, t. I: Idade Média, Lamego, 1977, p. 433.

35. A.N.T.T., I.E., *C. Santa Cruz de Coimbra*, Pasta 12 (papel).

36. A.N.T.T., *Colecção especial*, cx. 28, n. 30: Carta por que el-rei coloca sob a protecção do Pretor da Covilhã e do Alcaide tudo quanto o Mosteiro de S. Jorge de Coimbra tem na vila e termo concelhio, 1215 Julho 1. Id., *Colecção Especial*, caixa 29, doc. 24: Afonso III manda a Maria Rodrigues, Gonçalo da Covilhã, Pedro Ermiges e Egas Martins que detinham indevidamente a aldeia de Arrelega que a restituam ao Prior e Convento de S. Jorge de Coimbra seus legítimos possuidores, 1228 Fevereiro 27, Coimbra.

37. A.N.T.T., I.E., *C. Santa Cruz de Coimbra*, pasta 10, n. 27 (ant. 391), perg: emprazamento das terras que o Mosteiro de Santa Maria da Estrela da Covilhã tinha em Riba Doiro a Álvaro Fernandes, 1508 Março 29, Boidobra. Foi neste Mosteiro que se resolveu o conflito entre a Covilhã e a Ordem do Templo/Castelo Branco em 1230.

38. Além do diploma de Maio de 1186 que cedia em bloco as igrejas da Covilhã à Sé de Coimbra, sobra-nos a informação de Pedro Álvares Nogueira, (*Livro das vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*, p. 53), que nos diz que um tal mestre Domingues chantre da sé de Coimbra, deixara uma igreja na Covilhã, em tempos de D. Miguel Salomão (1158-1176), ou seja no 3º quartel do século XII. A bula "ut et quae" de Celestino III, de 12 de Julho de 1198, confirmava a doação da Covilhã ao bispo de Coimbra e situava-a in confinio paganorum. A Sé de Viseu era senhorio de 2 casais no lugar do Teixoso.

39. A Arqueologia poderá trazer-nos algumas novidades quanto à data da erecção das igrejas e respectivos padroeiros eclesiásticos. Tal como a igreja de Valhelhas muitas delas terão sido erectas na segunda metade do século XII. Cfr. José David Lucas Batista, *O Povoamento da Serra da Estrela de 1055 a 1223*, Lisboa/Manteigas, Coedição do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e do Parque Natural da Serra da Estrela, 1988, p. 15.

40. Pela bula *Exposuit Nobis*, de 5 de Março de 1203 o papa Inocêncio III encarrega Mestre João Fafile, cónego de Lisboa, M. Alvites e F. Batalha, prelados de Santa Maria de Alenquer e de S. João de Santarém, de se informarem sobre os atropelos cometidos por D. Martinho, contra o bispo de Coimbra, mandando que o bispo egitanense restituisse as igrejas ocupadas e bem assim os frutos recebidos e quanto ao clero que o bispo fosse publicamente excomungado até dar uma satisfação aos lesados. A.N.T.T., *Col. Especial, Cabido da Sé de Coimbra*, cx. 30, doc. 39, cit. in J. Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, Braga, Edição do Autor, 1981, p. 33.

41. Cfr. A.N.T.T., *Gavetas*, 6, m. único, nº 29, or. conf. Afonso II: D. Afonso Henriques manda renovar a carta de couto e privilégios que em 30 de Março de 1140 concedera à Ordem do Hospital, abrangendo todos os bens que lhe pertencem ou vierem a pertencer em Portugal, 1157 Abril, pub. in *Documentos Medievais Portugueses*, pp. 321-323 e J. Mattoso, *Ricos-Homens* (...), p. 228.

42. Mais empenhados na reconquista depois da tomada de Santarém e a oferta dos direitos eclesiásticos desta vila em 1147 e "de um vasto território em volta de Tomar, os Templários começaram a edificar vários castelos na fronteira do Tejo". A acção mais decisiva coube a Gualdim Pais. Cfr. J. Mattoso, *Ricos-Homens* (...), p. 229. Em 30 de Novembro de 1165, é-lhe doado um extenso território limitado pelos rios Tejo, Erges e Zêzere em torno de Monsanto e da Idanha. Cfr. A.N.T.T., *Ordem de Cristo*, liv. 234 (cat. de Pedro Álvares, vol. II), fl. 82v. pub in *Documentos Medievais Portugueses*, I, p. 370.

43. A Ordem Militar de S. Julião do Pereiro está constituída, sedeadada em terrenos situados entre as actuais povoações da Reigada e Cinco Vilas. É só de Janeiro de 1176 o diploma real pelo qual Fernando II, estando na Cidade Rodrigo, com seu filho, doa e couda aos novos freires e a seu mestre D. Gomes "predictae domus fundatori primo", a herdade de Raygada e a granja do Pereiro. Doc. publicado in *Bullarium Ordinis Militiae de Alcântara*, pp. 6-7, com a data de Janeiro de 1183. Neste tempo, a sede da ordem do Pereiro como diz a Bula da criação ainda está in "Sarracenorum faucibus". Esta Ordem será chamada Ordem do Pereiro e Alcântara já em 1226.

Múltiplos padroeiros protegiam diferentes igrejas que eram erectas na segunda metade do século XII nas faldas sul da Estrela, esquecendo-se, porventura, os seus fregueses, rapidamente, da matriz e/ou da sé original ³⁹.

Com efeito, não se fez, sem tensão, o senhoreamento eclesiástico da região. As confusões dos primórdios, na reorganização eclesiástica local, deixariam conflitos nunca resolvidas. Por um lado, o apetite das sés do Norte pelo extenso território da vetusta Idanha. Por outro lado, um certo desequilíbrio demográfico entre a parte norte e sul deste e a necessidade de encontrar uma localidade forte que garantisse a necessária estabilidade nestes tempos da Reconquista.

A decisão provisória da instalação na Guarda chocava com os interesses conimbricenses, lamecenses e viseenses, não beneficiava o reequilíbrio demográfico e poria em causa a restauração da diocese da Calábria. Mesmo assim, tornou-se definitiva e facilitou o nascimento, nos Tempos Modernos, da diocese de Castelo Branco/Portalegre, no seu termo. Parece também que os investimentos feitos no tempo da Reconquista pelas entidades eclesiásticas conimbricenses perdem o desejado retorno em virtude da distância ou pelos menos das dificuldades de ligação Covilhã/Coimbra notadas e da estratégica colocação da sede egitaniense na povoada área da fronteira serrana ⁴⁰.

Os Hospitalários ⁴¹ e particularmente os Templários ⁴² empenhar-se-ão na passagem da Cordilheira Central, na década de quarenta do século XII, e disporão de igrejas na Covilhã e largas terras em toda a Beira. Um pouco mais tarde, também a Ordem de S. Julião do Pereiro entra no processo ⁴³.

Senhoramento do espaço beirão

Legenda:

- ↑ Norte
- a** D. Arrizado
- pa** D. Ponço Afonso de Baião
- pg** D. Pedro Guterres
- e** D. Estevão
- m** D. Mendo de Baião
- LS** D. Lourenço Soares de Riba Douro



A Frente Pastoril

As movimentações da Reconquista trarão certamente alterações nos percursos efectuados pelos rebanhos, documentada que está a sua presença nestas áreas montanhosas. Certamente, nos espaços sob domínio cristão, o gado subia a vertente norte na Primavera e descia aos vales do Mondego, do Vouga e do Douro no Verão.

Porém, a economia pastoril também deixou notícia nos espaços peninsulares sob domínio muçulmano, particularmente enquanto estes integraram a área a norte de Toledo que aqui mais nos interessa ⁴⁴. Os numerosos rebanhos deslocar-se-iam anualmente entre o vale do Tejo e as serranias da Cordilheira Central, já desde o tempo dos romanos ⁴⁵. A estas deslocações, associava-se uma importante actividade mercantil que se estendia a toda a Península e ultrapassava as conjunturas da Reconquista, empenhando particularmente as populações moçárabes.

O confronto civilizacional proporcionado na área, momentaneamente sangrento, terá acelerado o desenvolvimento da pecuária pela introdução de novas raças e sucessivos cruzamentos ⁴⁶. Nobres e vilãos, mosteiros, ordens militares e municípios enriqueciam com a multiplicação dos seus gados e o rendimento dos montados, empenhando-se na segurança dos percursos do pastoreio, no tempo da Reconquista. No foral de Seia, fica documentado este enriquecimento com o tradicional roubo aos mouros de Trás-de-Serra dos seus efectivos pecuários e a reserva do quinto para o rei.

Com efeito, mais do que o pastoreio, no período, tornava-se importante a “guarda” ou defesa dos rebanhos, particularmente frente aos inimigos do Sul e destes, aos do Norte ⁴⁷. O rigor da lei obviaria à multiplicação do furto entre os colocados atrás da mesma linha de fronteira, estimularia o comércio entre estes e a participação no fossado para aqueles que quisessem enriquecer e promover-se socialmente ⁴⁸.

⁴⁴. Cfr. Kitāb-Al-Rawd-Al-Mīṭar, pub. in Lévi Provençal, Fundação de Goeje, Leyden, J. Brill, 1938, p. 60.

⁴⁵. Em momento de ataque, as reses serviam de engodo aos assaltantes facilitando a defesa dos sitiados, já em tempos de Júlio César. Cfr. Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, p. 25.

⁴⁶. Maria José Lagos Trindade, “A Vida Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos Séculos XII a XVI”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Faculdade de Letras e Cooperativa Editora História Crítica, 1981, p. 23.

⁴⁷. Cf. Id., *ibid.*, p. 26.

⁴⁸. A promoção de vilão a cavaleiro vilão implica a posse de rebanho, como se pode conferir pelo foral da Covilhã.

Frete dos bandidos

Alguns de origem nobre, afastados para as fronteiras por quebras de vassalidade e acompanhados pela sua criadagem, outros, simples vilãos homiziados, outros ainda, sem nome, à procura de melhor fortuna, podiam formar bandos numerosos de larga acção como o de Geraldo Sem Pavor, que merece tratamento particular neste Congresso. Mais frequentemente, no entanto, formariam pequenos bandos com raios de acção restritos a pequenos espaços, bem conhecidos.

Podemos supor a sua acção, sobretudo pelas sanções que os forais abstratamente lhes destinam, mas faltam-nos documentos para os personalizar. O roubo de gado, as explorações mineiras e metalúrgicas, os escravos, particularmente no outro lado da fronteira constituíam alvos privilegiados.

2. A Colonização ⁴⁹

Embora a documentação escasseie, todos os indícios arqueológicos parecem confirmar um povoamento pré-românico da vertente sul da Estrela, acelerado no período da romanização pelos Tabori. A ocupação do solo jamais teria sido interrompida, ainda que posteriormente houvesse alterações de senhoreamento. A apropriação processou-se particularmente junto às grandes vias e parece que o aproveitamento dos solos agrícolas em alguns espaços jamais conhecerá involução.

Porventura, em determinadas conjunturas históricas apenas terão mudado os senhoreamentos. As instalações fundiárias do Teixoso terão permanecido intactas durante a dominação muçulmana até à chegada dos cavaleiros cristãos do norte que delas se apropriam como deixamos dito atrás. O sistema que emergirá depois da reconquista assenta no modelo do antigo *municipium* romano, em alguns casos com largos termos concelhios. Nestes, surge, ao ritmo de chegada dos repovoadores, toda uma constelação de aldeias. É o caso do espaço Covilhanense. O forte castro serrano, mais defensável do que o Teixoso, substitui esta vila como sede administrativa, embora as principais quintas ali continuem a desenhar-se como propriedade das novas elites cristãs. Aqui, se consolidará um grupo social predominante: guerreiros e criadores de gado, uma certa aristocracia rural, com uma economia cada vez mais centrada na exploração dos pascigos próprios e alheios e cobrança de rendas sobre as aldeias dominadas.

Este sistema de repovoamento pode conferir-se também na Estremadura espanhola, dando origem à criação de grandes concelhos dotados de larguíssimos termos.

Além das antigas explorações agrícolas cujo senhoreamento pelas elites cristãs chegadas do Norte está documentado, supomos também a dominação, no séc. XII, de todo o processo metalúrgico, desde a extracção, à fundição e fabricação de utensílios e adornos. As notícias arqueológicas auxiliam-nos nesta conclusão, documentando uma intensificação das explorações no período e no espaço em causa. Assim, parece ter acontecido no vale do Alva, particularmente entre Arganil e Góis, onde se intensifica a exploração de ouro aluvionar, na Pampilhosa da Serra, a caminho das actuais minas da Panasqueira, de novo ouro e, porventura, estanho em que estas são ricas, no Teixoso, agora ferro e de novo ouro aluvionar, no Zêzere, e estanho, junto à Torre de Centum Celas, para não ir mais longe à procura de ouro, a nascente, até ao Rosmanihal e, a poente, a Vila de Rei ⁵⁰.

Também é bem provável que o aparelho produtivo, constituído por azenhas, moinhos, lagares de azeite e vinho, fornos de cerâmica e pias de curtumes tivesse sobrevivido aos momentos de crise laborando junto aos cursos de água serranos. Algumas instalações poderão ter chegado às mãos dos novos

49. "Controlo de um espaço através da reconquista e do repovoamento". Cfr. J. A. Garcia de Cortazar, *Organización del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VII al XV*, Barcelona, Ed. Ariel, 1985, p. 12, cit. in M., González - Jiménez, "Reconquista y Repoblacion del Occidente Peninsular", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. II, Porto, INIC, 1987, p. 456.

50. Para algumas destas informações. Cfr. Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, pp. 128-129. Também Helena Frade, "A Torre de Centum Celas" *Conimbriga*, 32-33 (1993-1994), p. 104 e António dos Santos Pereira, "A Metalurgia Portuguesa em Finais de Quatrocentos e Primórdios de Quinhentos: Alguns Subsídios", comunicação apresentada na secção de Economia e Comércio Marítimo no Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, realizado pela Universidade do Porto de 21 a 24 de Setembro de 1988, pub. in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época. Actas*, vol. III: *Economia e Comércio Marítimo*, Porto, 1989, pp. 231-239.

senhores desde tempos remotos, ainda que momentaneamente necessitadas de investimento.

Com efeito, desde Viriato, tinha-se concluído pela conveniência de manter a esfera produtiva, afastada dos conflitos militares, como condição de sobrevivência de toda a sociedade nas sua clivagem mais forte: dominantes e dominados ⁵¹. Assim, ainda que sofrendo as exacções dos senhores, que se sucediam, as populações ligadas à produção sobreviviam. Apenas mudavam os ocupantes das fortificações e momentaneamente urgiria o refúgio nas montanhas. As rupturas só podiam acontecer em momentos de fanatismo.

Uma certa simbiose civilizacional foi bem possível no espaço beirão até às arremetidas dos almorávidas e dos almóadas. Esta deixou marcas na toponímia, encontrando-se, lado a lado, designativos românicos e muçulmanos, e na cultura material.

A persistência castreja, nestas áreas serranas, de descendentes dos lusitanos, deixava no entanto muitos dos habitantes fora das influências de uns e outros e constituía a semente dos graves conflitos com os infanções vindos do Norte. Agrupados em aldeias, cremo-los mais dispostos a aceitar o domínio distante dos governadores das ordens militares ⁵².

51. Cfr. o significado da fábula do homem de meia idade que casou com duas mulheres uma mais jovem, outra mais velha in Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, p. 20.

52. D. Sisnando Davides, um século antes de Geraldo Sem Pavor e numa política diferente da seguida depois da invasão almorávida, tenta impor uma política de convivência entre cristãos e vencidos quer em Coimbra quer em Toledo. Certamente, passou pela Beira Interior e talvez pela Covilhã.

Conclusões

- 1.** A cordilheira central foi sempre a grande fronteira interna portuguesa.
- 2.** Durante dois séculos foi suficientemente defendida pelas forças do sul muçulmanas (não sabemos agrupadas onde) e as do norte agrupadas em algumas das praças das faldas viradas a norte, particularmente em Seia, não conseguiram mais do que posicionamentos defensivos.
- 3.** Coimbra teve um particular empenho no povoamento dos vales da vertente norte.
- 4.** O arranque decisivo na passagem dos cumes desta cordilheira deve-se sobretudo à acção das antigas famílias do Norte associadas à Ordem do Templo.
- 5.** Esta associação gerou conflitos no povoamento das vertentes do sul, particularmente no espaço entre a Covilhã e Castelo Branco.
- 6.** Coube ao reinado de Afonso Henriques o mérito desta passagem serrana.
- 7.** Coube ao reinado de D. Sancho a estruturação da defesa na vertente sul, por isso o empenho deste rei na praça forte da Covilhã que substituiu em importância definitivamente a de Seia. Daí, as visitas régias à Covilhã por D. Sancho: em Julho de 1199, em Agosto de 1207 e em 1210 e daí, talvez, a entrega desta ao seu filho Gil Sanches.
- 8.** É difícil aceitar a tese de Herculano que sustenta que a Alta Estremadura, a Beira Baixa e grande parte do Alentejo estavam desertas quando passaram para os cristãos. Com efeito, verifica-se um sedeamiento dos povoadores nortenhos junto às grandes vias que comprova que estas continuavam seguidas.
- 9.** Este apropriação não seguiu sempre as leis do Reino designadamente o pacto das doações que proibia as anexações sem o consentimento do Rei, o que comprova tensões com populações já sedeadas na Beira, como se vê por carta dirigida ao "Pretery Covelianae et Alcaudis et comtilio et universis de regno suo" em 1 de Novembro de 1214.
- 10.** Do percurso da Reconquista, podem tirar-se alguns argumentos para o mapa das regiões que actualmente se pretendem efectivar, conferindo-se um forte elo interior de Lamego, por Viseu, à Guarda e à Covilhã.
- 11.** Também para o mapa económico particularmente industrial.
- 12.** Se se quiserem tomar outras alternativas terá de haver um forte investimento viário de Coimbra ou Pombal para a Covilhã.
- 13.** Finalmente, parece-nos termos contribuído para a demonstração de duas grandes permanências históricas que paradoxalmente encerram dois movimentos: Norte/Sul e Interior/Litoral.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

A.D.Braga

Liber Fidei.

B.P.Viseu

Mss. de Fr. J. S.R. Viterbo.

A.N.T.T.

Colecção especial, cxs. 28 e 29, Gavetas, m. 6.

Instituições Eclesiásticas:

- *Cabido da Sé de Coimbra*, L^o Preto da Sé de Coimbra; m. 1 (régios); cx. 27, rolo 2, doc. 14; cx. 30, docs. 102-103;

- *Convento de Cristo (Tomar)*, m. I (régios), doc. 2, cóp. séc. XIII (A) e doc. 3 cóp. séc. XIII (B);

- *Convento de Santa Cruz de Coimbra*, Livro Santo; pastas 10 e 12.

- *Mosteiro de Lorvão*, Colecção Especial, maços 1-6; Gav. 5, maço 7, nos. 7/1;8/1, 9/1, 10/1, 11/1, 12/1; nº 8: Tombo Antigo (livro) das Propriedades de Lorvão, ano de 1500.

Núcleo Costa Basto:

- *Sé de Viseu*, Tombo Velho da Sé de Viseu

Leitura Nova:

- *Beira*, liv. 2^o.

- *Livro de Mestrados*.

Fontes impressas

ALARCÃO, Jorge de - *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Europa-América, 1988.

ALMEIDA, G.; DAVEAU, S.; FERREIRA, C. Coelho, "Indícios de Exploração Mineira Antiga nos Terraços do Baixo Alva", Com. *Congresso de Arqueologia*, Faro, 1980

AZEVEDO, Pedro de, "Documentos Antigos da Beira" in *Revista Lusitana*, VII, 1902, pp. 59-65 e VIII, 1903-1905, pp. 35-45.

- "Documentos de Santa Maria de Aguiar (Castelo Rodrigo)", in *Revista Lusitana*, XIII, 1910, pp. 1-17.

- "Dois documentos de Riba-Coa da época leonesa", in *Revista de História*, II, 1913, pp. 184-186.

AZEVEDO, Ruy Pinto de, *O Mosteiro de Lorvão na Reconquista Cristã*, Lisboa, 1933.

- "Riba Coa dob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques - O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar de Fundação Portuguesa e não Leonesa", in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II sér., vol. 12, Lisboa, 1962.

BATISTA, José David Lucas, *O Povoamento da Serra da Estrela e Outros Estudos*, Lisboa/Manteigas, Coedição do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e do Parque Natural da Serra da Estrela, 1988.

BARRIOS, Angel, *Estructuras agrarias y poder en castilla. El ejemplo de Avila (1085-1320)*, 1984.

- "Toponimia e Historia. Notas sobre la despoblación en la zona meridional del Duero", *En la España Medieval. II. Estudios en memoria el prof. D. Salvador de Moxó*, Madrid, 1974, pp. 115-134.

BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2^a ed., tomos I a XI, Lisboa, 1945-1954.

BORGES, Correia, *Mosteiro de Lorvão*, Coimbra, Epartur, 1977.

BRANDÃO, António - *Crónica de D. Afonso Henriques*, ed. de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1945.

Bullarium Ordinis Militiae de Alcântara, olim S. Juliani del Pereiro, Madrid, 1759.

CARDOSO, J. Ribeiro, "Castelo Branco e o Seu Alfoz-Lardosa", in *Subsídios para a História Regional da Beira-Baixa*, Lisboa, Ed. da Junta Provincial da Beira-Baixa, pp. 229-238.
Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice Membranáceo existente na Biblioteca do Porto, Ed. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1924.

CERVEIRA, Alberto, "Notas sobre as minas de ouro da Serra da Lousã", *Bol. da Soc. Geol. de Portugal*, 6, 3, pp. 245-254.

CINTRA, Luis F. Lindley, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

COELHO, A. Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 4 vols., Lisboa, 1972-1975, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1989.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Mosteiro de Arouca do Séc. X ao Séc. XIII*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1977.
 -"Seia - Uma Terra de Fronteira nos Séculos XII e XIII", in *Espaços e Poderes. Séculos XII e XIII*, vol. I: *Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, pp. 132-138.
Corpus Codicum Latinum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi aservantur antiquissimorum - Diplomata, Chartae et Inquisitiones, vols. I a VI, Porto, 1891-1957.

COSTA, M. Gonçalves, *História do Bispado e da Cidade de Lamego*, t. I: *Idade Média*, Lamego, 1977.

COUTO, João, *O Convento de Santa Maria de Aguiar em Riba Coa*, Porto, 1927.
Crónica Geral de Espanha de 1344, pelo Dr. Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa, 1952.
Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, ed. Carlos da Silva Tarouca, Academia Portuguesa de História, 3 vols., Lisboa, 1952-53.

CRUZ, António, "III Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra" (ed. por) in *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, B.M., 1968. pp. 130-139.

- "IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra" (ed. por) *ibid.*, pp. 139-147.

DAVEAU, Susanne, "Structure e relief de la Serra da Estrela", in *Finisterra*, 7, 8, 1969, pp. 31-63, 159-197.

- "La glaciation de la Serra da Estrela", *Finisterra*, 11, pp. 5-40.

- *Les Bassins de Lousã et d'Arganil. Recherches Géomorphologiques et Sédimentologiques sur le Massif Ancien et sa Couverture à l'est de Coimbra*, 2 vols., Lisboa, Universidade de Lisboa-INIC, 1985.

DAVID, Pierre, "L'organisation ecclésiastique du royaume suève au temps de saint Martin de Braga", in *études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIe Siècle*, Lisboa-Paris, 1947.

- *Annales Portucalenses Veteres* (ed. por), 1947, pp. 291-312.

Documentos Medievais Portugueses - Documentos régios, vol. I - *Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques*. - A.D. 1095-1185, t. I, Lisboa, 1958; t. II, 1962.

- *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. III, A.D. 101-1115, Lisboa, 1940.

- *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. R. de AZEVEDO, P. Avelino de Jesus da

COSTA e M. Rodrigues PEREIRA, Coimbra 1979.

DOMERGUE, C.; HERAIL, G., "Une méthode pour l'étude des minis antiques en alluvion", *Melanges Casa Velasquez*, 13, 1977, pp. 9-30.

- *Mines d'or romains d'Espagne. Le district de la Valduerna (Leon)*, Pub. Université Toulouse-Le Mirail, B, 4, 1978.

DURAND, Robert, *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe Siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1982.

-*Le cartulaire Baio Ferrado du monastère de Grijó (XIe-XIIIe siècles)* (ed. por), Paris,

FCG., C. Culturel Portugais, 1971.

FERNANDES, A. de Almeida, *Os Primeiros Documentos de Santa Maria de Salzedas até à Morte da Fundadora*, Guimarães, 1985.

FRADE, Helena, "A Torre de Centum Celas (Belmonte): uma Villa Romana, *Conimbriga*, 32-33(1993-1994), 87-106.

GARCIA DE CORTAZAR, J. A., *Organización del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VII al XV*, Barcelona, Ed. Ariel, 1985.

GOMES, J. Pinharanda, *História da Diocese da Guarda*, Braga, Edição do Autor, 1981.

GONZÁLEZ - JIMÉNEZ, M. , "Reconquista y Repoblación del Occidente Peninsular", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. II, Porto, INIC, 1987, pp. 455-489

IDHARI, Ibn, *AL-Bayan*, trad. de A. Hnici Miranda, *Collección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, vol. II, Tetuão, 1953.

LÉVI-PROVENÇAL, E. "Al-Andalus", in *Encyclopédie de l'Islam*, 2ª ed., dir. por B. Lewis, Ch. Pellat e J. Schacht, pp. 501/511, Leiden-Paris, s/d..

-*La Civilización Árabe en España*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1953.

-*Documents inédits d'Histoire Almohade*, Paris, Paul Geuthmer, 1928.

-*Histoire de l'Espagne Musulmane au XIème siècle*, Paris, Paul Geuthmer, 1930.

-*la Péninsule Ibérique au Moyen Age d'après le Kitāb al Rawd Al-Mi'Tār* (pub. Fondation de Goeje), Le idem, 1938.

-*Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas (por Fr. Baltasar dos Reis, Manuscrito do século XVII, publicado (agora a primeira vez) como apenso às Memórias de Mondim da Beira de J. Leite de Vasconcelos*, Historia Scientia. Arte. Coleção de Estudos publicados pela Imprensa Nacional.

- *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1977.

- *Livros de Linhagens, Livro Velho 1*, Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, Lisboa, 1960; *Livro Velho 2*, idem, Lisboa, 1961; *Livro Velho 3*, idem, Lisboa, 1962 e *Livro de Linhagens*, Índice onomástico, Idem, Lisboa, 1964. e Manuel Artur Norton, *Livro Antigo de Linhagens (Acheegas para a sua Coordenação)*, sep. de *Armas e Troféus*, t. I, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1974 e *Livro Velho de Linhagens (Subsídios para a sua Ordenação)*, sep. de *Armas e Troféus*, nº XII, 2 e 3, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1971.

LOPES, David, "O Cid Português: Geraldo Sem Pavor. Novas Fontes sobre os seus Feitos e Morte", in *Revista Portuguesa de História*, I (1941), pp. 93-109.

MATTOSO, José, *Coja*, Junta de Freguesia, 1995.

- "Eremitas portugueses no século XII" in *Lusitania Sacra*, 9(1972).

- *Do foral à Covilhã do séc. XII*, Covilhã, A.E.D.P.H.C., 1988.

- "A Região de Arganil: De Fronteira a Terra Senhorial", in *Revista Portuguesa de História*, t. XVI, 1978, pp. 143-158.

- *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

- *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1982.

- *Seia na Idade das Trevas*, Seia, 1987.

MAZAHÉRI, Aly, *La Vie Quotidienne des Musulmans au Moyen Age Xe au XIIIe siècle*, Paris, 1951.

MEREA, Paulo e GIRÃO, Amorim, Territórios Portugueses no Século XI, in *Revista Portuguesa de História*, t. II, 1944.

Monumenta Henricina (1143-1411), vol. I, Coimbra, 1977.

PIMENTA, Alfredo, "Alguns Documentos para a História da Covilhã", in *Subsídios para a História Regional da Beira Baixa*, vol. II, Castelo Branco, Junta da Província da Beira Baixa, 1950, pp. 5-51.

PINA, Maria Isabel Castro, *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela: um espaço rural na Idade Média*, Lisboa, 1993 (Tese de mestrado policopiada).

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum, ed. Academia Real das Sciencias de Lisboa: *Scriptores*, vol. I, Lisboa, 1856; *Leges et Consuetudines*, vol. I, Lisboa, 1856; *Inquisitiones*, vol. I, Lisboa, 1888; *Diplomata et Chartae*, vol. I, Lisboa, 1867.

QUINTEIRA, António José Ferreira, *Pedrógão Grande (subsídios para uma monografia)*, Editora Portuguesa de Arte e Turismo, 1980.

RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu Estudo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

REUTER, Abiah Elisabeth, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, vol. I: *Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques*, Coimbra, 1938.

Reconquista (La) española y la repobación del País, Conferências del Curso celebrado en Jaca en Agosto de 1947, Zaragoza, 1951.

RIBEIRO, João Pedro (Dir.), *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*, Lisboa, 1815.

RIBEIRO, Orlando - "Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela", in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, VII, 1-2, 1940-1941, pp. 213-214.

- "A Cova da Beira, controvérsia de geomorfologia", *Com. Serv. Geol. Portugal*, 30, pp. 23-41.

- "Estrutura e relevo da Serra da Estrela", in *Bol. R. Soc. Esp. Hist. Nat.*, Homen. E. Hernandez-Pacheco, pp. 549-566.

- "O fosso do médio Zêzere", *Com. Serv. Geol. de Portugal*, 30, 1949, 79-85.

- "Notas sobre a evolução morfológica da Orla meridional da Cordilheira Central entre Sobreira Formosa e a fronteira", *Bol. da Soc. Geol. Portugal*, I, 3, 1944, pp. 123-144.

- "Três notas de Geomorfologia da Beira Baixa", *Com. Serv. Geol. de Portugal*, 32, 1951, pp. 271-294.

SARAIVA, António José, *Gesta de Afonso Henriques* (ed. por) in *A Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, pp. 30-50.

SARAIVA, José da Cunha - *O Conceito histórico da palavra Beira*, Lisboa, 1928.

- *Inquirições de D. Dinis na Beira*, Lisboa, 1934.

SERRANO, Luciano, *Cartulario de San Vicente de Oviedo*, Madrid, 1929.

SOARES, Torquato de Sousa, *Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos Séculos VII ao XI*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1982.

- *O Governo do Conde Henrique de Borgonha*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1975.

THADEU, Décio, "A Cordilheira Central entre as Serras da Gardunha e de São-Pedro-do-Açor" *Bol. Soc. Geol. Portugal*, 8, 1949, p. 7-20.,

- "Le gisement stanno-wolframifère de Panasqueira (Portugal, 7º 45' W et 40º 09' N)", *Chronique Recherche Minière*, 450, pp. 35-42.

"Tombo da Comarca da Beira" (ms. 82 da Livraria do ANTT.), publicado no *AHP*, X, 1916, pp. 209-366.

TRINDADE, Maria José Lagos, "A Vida Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos Séculos XII a XVI", in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Faculdade de Letras e Cooperativa Editora História Crítica, 1981.

VASCONCELOS, Joaquim, *Indústrias Portuguesas*, (org. e Pref. de Maria Teresa Pereira Viana), Lisboa, I.P.P.C., 1983.

VASCONCELOS, José Leite de, *Antiguidades do Concelho da Covilhã: breves notas*, 1934.

-*Antiguidades pré-históricas da Beira: estudos e notas*, 1913.

-"Antiguidades Romanas das Povoações de Teixoso e Aldeia do Mato (Covilhã)", 1934, in *Boletim do Instituto*, nº 1, Lisboa, 1936.

Memórias de Mondim da Beira, Lisboa, 1933.

-*Pela Beira: notícia de uma excursão*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1927.

VENTURA, Leontina, "A Muralha Coimbrã na Documentação Medieval", sep. de *1as. Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, 1979.

VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz*, 1ª ed. JNICT, 1990.

WALTER, Monica Blocker, *Annales Domni Alfonsi Portugalensium Regis*, (ed. por), 1966, pp. 151-161.